



**Veredas Temática:**

**Linguística Latina: modelos, interpretações e análises linguísticas**

**Volume 23 nº 1 - 2019**

---

**Considerações sobre a questão da correção linguística na *Institutio oratoria* de Quintiliano: a escrita, seu ensino e a origem da gramática**

Marcos Aurelio Pereira (UNICAMP)

**RESUMO:** A exposição visa comentar brevemente o surgimento das antigas reflexões sobre a linguagem e, nesse contexto, a defesa do ensino de uma forma de língua determinada segundo Quintiliano. Trata-se, na verdade, de pensar como a linguagem, tendo-se tornado, ao longo do tempo, objeto de consideração de diferentes disciplinas (gramática, retórica, dialética, mas também música, poética etc) já no mundo antigo, enseja a constituição de um saber metalinguístico num contexto, ao mesmo tempo, de separação e confluência de diferentes domínios, sem esquecer o contato entre diferentes culturas, destacadamente após a constituição da escrita, encarregada justamente de preservar os textos fundamentais das culturas grega e romana.

Palavras-chave: gramática; retórica; escrita; ensino; correção.

## A linguagem como tema antigo: generalidades

Quem fala não enuncia as regras que tornam o enunciado inteligível, entretanto, a gramática está presente em cada partícula do que dizemos. (SCHÜLER, 2000, p. 15)

Em determinado momento, decerto muito distante no tempo, o homem deve ter percebido que empregava sons (articulados) diferentes daqueles produzidos pelos animais no contato com outros homens. Muito menos antigas são as disciplinas que tomaram a linguagem como “objeto de estudo”, ainda que, em retrospecto hoje, sejam elas também bastante vetustas. Já em Homero (*ca. séc. V a.C.*), como lembra Neves (1987, p. 21), a linguagem figura como algo à parte. Dele, mas sobretudo, como é sabido, mesmo dos pré-socráticos até o advento daquilo que conhecemos como filosofia grega – mais precisamente, da lógica ou dialética, especialmente aristotélica e estoica –, derivam as primeiras considerações ou especulações sobre a linguagem e sua natureza. Não se esqueçam, igualmente, disciplinas antigas como a própria música e a poética, que de uma forma ou de outra tomavam a linguagem – ou, antes, se se preferir, a língua grega – como “objeto de análise”, nem aquelas que constituem mais de perto o tema deste trabalho: a gramática e a retórica<sup>103</sup>.

Sejam elas, pois, denominadas ‘ciências’ (*scientiae/epistémiai*) ou ‘técnicas’ (*artes/tékhnai*), as disciplinas antigas de que aqui nos ocupamos em especial têm, nos termos de Desbordes (1989, p. 180), uma história que se poderia qualificar no mínimo de “exuberante”: não bastassem os textos-fonte que as tematizam, mesmo a literatura secundária sobre esses textos é gigantesca e, de uma forma ou de outra, ditada pelos interesses do momento em que se dá voz ao seu longo “mutismo” (DESBORDES, 1989, p. 150). De fato, sem pensar que mesmo entre os antigos, como lembra a pesquisadora citada (DESBORDES, 1989, p. 165), houve quem considerasse que a linguagem, por ser apenas meio, veículo de comunicação entre os homens, por exemplo, não merecia uma ciência especial que a tratasse, os modernos escolhem, do leque de disciplinas que a tinham por objeto, aquela que ainda hoje recebe o nome de *gramática*.

Ora, delimitar tais áreas do saber antigo já nos traz sérios problemas: traduções como as que lhes damos não fazem senão decalcar significantes – como se isso fosse garantia de que estamos dizendo a mesma coisa que os antigos. Se, por um lado, como assinalam Baratin & Desbordes (1981, p. 72), esses termos “não são traduções, mas etiquetas que se julga corresponder a um significante, grego ou latino, bem preciso”<sup>104</sup> – repousando “sobre a ideia bastante curiosa de que salvar o significante de um termo antigo permitiria manter sua particularidade no nível do significado” –, por outro, também é bom lembrar que “recusar-se a traduzir é recusar-se a admitir que esses textos signifiquem algo”.

A própria polissemia do termo *lógos*, um dos quais, para os antigos gregos, serviram para referir-se à linguagem, explicaria, em parte e a um só tempo, tanto a confusão muitas vezes criada por nossas “traduções” quanto a pluralidade de concepções e disciplinas a ela associadas. Em certo passo da *Institutio oratoria* lembrado por Vasconcelos (2000, p. 150, n. 146), por

---

(\*) Este texto representa uma versão abreviada de nosso trabalho “A emergência do antigo discurso gramatical e a questão da ‘correção linguística’ em Quintiliano”, publicado na *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade*, Nº 32 (Campinas, Jan-Dez 2018), pp. 15-54.

<sup>103</sup> Não se trata, neste momento, de revisar toda a vasta bibliografia das reflexões sobre a linguagem na Antiguidade. Em linhas gerais, porém, o tema será tratado aqui.

<sup>104</sup> As traduções, salva outra indicação, são de nossa autoria.

exemplo, no qual Quintiliano expõe sua visão do que seria a natureza da disciplina da qual era mestre, o autor refere-se ao *Górgias* platônico para afirmar:

Perguntado sobre o que versa a arte da retórica, Górgias responde: sobre os discursos (*peri lógous*). A discussão de Quintiliano é motivada aqui [II, 21, 1] pela ampla gama de significados do termo *lógos*, que pode significar desde palavra, fala ou discurso até argumento, razão ou pensamento (...). Precisamente esta polissemia do termo *lógos* permitiu, na Grécia, uma pluralidade de concepções acerca daquela arte da qual os *lógoi* eram objeto (...).

Uma constatação, pois, se impõe àquele que se debruça sobre os textos que versam sobre as disciplinas ligadas à palavra na Antiguidade, assim grega como romana: se, por um lado, pensamento e linguagem são inseparáveis, por outro, a eloquência – ou, antes, a retórica –, no âmbito da qual se produz uma reflexão sobre a linguagem que diríamos “pragmática”, tem uma preocupação profunda e já evidentemente *social*. Como assinala Chiappetta (1997, p. 26), para escândalo dos modernos, entre os antigos, “retórica e ética – também *política*<sup>105</sup>, lembraríamos – não se separam”. Também Baratin & Desbordes (1981, p. 49) fazem relevá-lo, no que se refere, particularmente, ao trabalho dos autores latinos, quando afirmam que “o projeto de fazer progredir o domínio dos conhecimentos científicos, criando ou reorganizando noções, é secundário entre os latinos, mais preocupados com problemas éticos”. Afirmam os mesmos autores:

Não se podendo separar o pensamento e a palavra, a eloquência é a mais alta atividade intelectual, na medida em que, sendo a mais elaborada forma da palavra, ela é a mais elaborada forma do pensamento. A eloquência é, portanto, o “coroamento” da filosofia, da qual ela é indissociável, e não uma técnica de manejo da palavra que serviria a apresentar o pensamento de modo brilhante. E, como a virtude é a mais alta qualidade do espírito – portanto, do pensamento –, o homem eloquente é, *a priori*, um homem virtuoso. (BARATIN & DESBORDES, 1981, p. 51)

As conseqüências dessa equiparação, no contexto que motivou a criação das disciplinas ligadas à palavra na Antiguidade, constitui exatamente um dos pontos que discutiremos brevemente aqui.

---

<sup>105</sup> Em seu tratado sobre a disciplina, por exemplo, ao falar da “harmonia adequada à tenra idade” no contexto da educação que aí defende, Aristóteles (1342b 30) afirma: “são três os princípios que determinam a educação: o termo médio, o possível e o conveniente”. Como veremos, os três conceitos citados comparecem na preceitística retórica para referir-se ao discurso. (Cf. ARISTÓTELES, 1998, p. 592 *et sq.*)

## 1. A escrita alfabética e as antigas disciplinas da linguagem: breve conspecto

Para entender a relação entre as diversas disciplinas que, de uma forma ou de outra, lidavam com a linguagem na Antiguidade – e o conjunto não é exatamente o que se poderia qualificar de pequeno: *gramática, retórica, dialética* ou *lógica, poética, música* e mesmo a *ética* ou *política* o fizeram –, seria preciso levar em conta o processo de constituição da escrita alfabética e seu impacto sobre a mentalidade grega e romana.

A gramática, de fato, disciplina que nos interessa mais de perto e tamanha importância assume a partir da época helenística, não apenas esteve de início ligada simplesmente à consideração (*i.e.* ao ensino) da linguagem escrita, como lembram vários autores, mas nasceu, efetivamente, apenas após a criação ou invenção da escrita alfabética, que lhe possibilitou mesmo a constituição (cf. AUROUX, 1992, p. 20 *et sq.* e BARATIN, 1989, p. 201 *et sq.*). Respondendo a interesses práticos bem definidos – mais precisamente, de início, para o registro de trocas comerciais (cf. DESBORDES, 1989, p. 155), mas também de celebrações ritualísticas e eventos históricos –, a escrita alfabética implicou, evidentemente, um primeiro nível de análise da língua (cf. DESBORDES, 1989, p. 155 e ROBINS, 1951, p. 13, n. 1), conforme já demonstram os mais antigos alfabetos conhecidos, como sejam o grego, o etrusco e o latino<sup>106</sup>.

Não é demais lembrar, por outro lado, que mesmo que seu desenvolvimento, desde as primeiras representações pictóricas de que se tem notícia, passando pelos hieróglifos e ideogramas, tenha implicado um lapso de tempo consideravelmente longo, o fato é que, uma vez surgida, a escrita – alfabética, sobretudo, para o que nos interessa<sup>107</sup> – alterou definitivamente a história humana porque alterou, conforme postula Ong (1988)<sup>108</sup>, a própria organização do pensamento e mesmo a representação humana do mundo. Não é de estranhar, portanto, que ela tenha assumido um papel preponderante nessa história, que principiou vários milênios antes de nossa era, assim como não deveria causar espécie que muito do que sempre se disse a respeito da linguagem ou das línguas tenha partido de uma consideração da escrita – verdadeiro monumento, assim, talvez o principal, da evolução humana – ou a tenha levado em conta de uma forma ou de outra. Talvez pareça menos óbvio lembrar que, mesmo tendo ela ainda tamanha importância para nós, homens do século XXI, a escrita teve um papel incomensuravelmente maior para os antigos: afinal, ela serviu, como se disse, do registro de trocas comerciais ao de eventos religiosos e históricos, bem como ao daqueles textos que, para os antigos, ditavam mesmo as formas de agir e ser grego e romano, como é o caso, por exemplo,

---

<sup>106</sup> Talvez apenas aqueles que, ainda hoje, trabalham com línguas ágrafas tenham uma imagem, ainda que pálida, melhor que a nossa sobre o fato de que é preciso uma notável capacidade de abstração e análise para depreender, sem informação prévia sobre uma língua, os segmentos que compõem a cadeia sonora da fala, a fim de se poder cogitar uma correspondência mais ou menos biunívoca entre o sinal gráfico que constitui uma letra e o som vocal correspondente que ela representa.

<sup>107</sup> Veja-se, a esse respeito, o que afirma Auroux, por exemplo: “Contrariamente ao que sugere a etimologia, a pictografia não é uma escrita, é simplesmente uma pintura de coisas. (...) A história mostra-nos incontestavelmente que nas civilizações em que houve aparecimento de um saber linguístico (...), este nasceu indubitavelmente *depois* de a escrita ter sido uma técnica bem dominada. Para a história dos conhecimentos linguísticos, o *limiar da escrita* parece, pois, fundamental” (cf. AUROUX, 1998, p. 65 *et sq.* e 76).

<sup>108</sup> Como afirma o comentador de Ong, que resume a tese desse autor: “o pensamento e a expressão nas culturas orais são altamente organizados, mas de forma desconhecida para as pessoas acostumadas à cultura escrita e, muitas vezes, incompatíveis com ela. Está claro, hoje, que a cultura escrita transforma a consciência ao produzir padrões de pensamento que parecem óbvios e ‘naturais’, mas que só se tornam possíveis quando a mente projeta e internaliza a tecnologia da escrita”.

das antigas épicas, mas também de tudo aquilo que nos acostumamos a rotular de “literatura” greco-latina.<sup>109</sup>

Como, no entanto, uma disciplina que, de início, servia tão somente à escrita – como atesta seu próprio nome (*gramática*, do gr. *gramma*, lat. *littera*) –, passou a ter mais e mais importância para o mundo antigo, é algo que também pode ser explicado por um conjunto de fatores de natureza a um só tempo histórica e cultural – social, em suma –, mas também, não se pode esquecer, linguística. Por um lado, sabe-se como as línguas naturais, faladas por grupos humanos mais ou menos extensos, estão, como esses mesmos grupos, sujeitas à variação e à mudança, seja no que diz respeito ao espaço geográfico e à própria constituição dos grupos de falantes que as utilizam normalmente como veículo de comunicação – sujeitas à dialeção também por conta de uma diferenciação por faixa etária, sexo e nível social, por exemplo –, seja no que diz respeito ao tempo: um e outro fatores combinados explicam, muito simplesmente, por que já não falamos latim, mas também por que já não usamos o português da mesma forma que Machado ou Camões, ou mesmo por que é necessário que haja uma instituição escolar que procure garantir o emprego de uma mesma forma de língua de norte a sul do país, para ficarmos com exemplos mais próximos. Para voltar a tratar de algo bem mais distante no tempo, por outro lado, é preciso lembrar o gigantesco empreendimento representado pelas conquistas de Alexandre – mas também, mais tarde, aquelas efetivadas pelos romanos –, que expandiu imensamente o império helênico, levando o grego para regiões muito afastadas de seu território original. Falado por populações não gregas – como ocorreu posteriormente com o latim –, é natural que o idioma de Homero, Platão e Aristóteles, já não uniforme, resultasse em formas consideradas estranhas – ou, antes, estrangeiras, “bárbaras” – para seus falantes “originais”, especialmente aqueles já então encarregados do estudo da escrita e do trato com o imenso conjunto de textos que, no século III a.C., haviam sobrevivido e constituíam o cabedal de conhecimentos ensinados nas incipientes “escolas” do mundo antigo, os quais sempre serviram, mais que de monumentos “literários”, de verdadeiros guias no que diz respeito ao que era ser grego e, depois, também romano, como já dito aqui.

Se, portanto, Alexandre provocou a unificação do mundo grego e ensinou, com isso, a busca de uma língua comum – a *koiné* –, também contribuiu para que se aprofundasse a visão das diferenças entre a nova língua e o idioma dos grandes autores do passado grego, tanto poetas quanto prosadores de modo geral. Embora fosse esta última, no entanto, que se tomaria a partir de então como modelo, a língua comum – que serviria mesmo, mais tarde, à expressão de uma nova religião, o Cristianismo – não depunha contra o fato de que se estava ainda diante de uma forma de língua grega: como já ocorrera antes com a variedade de dialetos atestada no mundo grego, a percepção de que a língua era diversificada mas uma fez somente reclamar um esforço de preservar uma sua forma tomada como referência. Como lembra Lyons (1979), mas também Casevitz & Charpin (1983, p. 51 *et sq.*), em que pese o anacronismo:

(...) a norma na gramática grega, nascida do sentimento de unidade da língua apesar de sua diversidade, e de uma certa consciência de sua regularidade, desenvolveu-se num esforço pedagógico de fixar a língua num certo estado de pureza e de permitir o estudo dos escritores da “belle époque”.

Gramática e *filologia*, assim, disciplinas e atividades que de início diferiam – a primeira identificada com o ensino da escrita, a segunda com a preservação dos textos antigos –, passam

---

<sup>109</sup> Não se esqueça também, é evidente, a própria codificação das normas do Direito Romano e a importância de seu significado político diante do antigo direito, transmitido oralmente e frequentemente manipulado pelos patrícios em seu favor...

a caminhar juntas em benefício da primeira no momento em que o gramático, mais e mais capacitado a lidar com os textos e avaliá-los – na exata medida em que devia cuidar de sua leitura apropriada, mas também de sua exegese, correção e julgamento, para citar as etapas tradicionais de seu antigo trabalho (cf. PEREIRA, 2006, p. 64 *et sq.*) –, apropriou-se dessa forma de saber e jamais procurou renunciar a ela. Influenciada, segundo Baratin (1989, p. 224), pela dialética estoica, a filologia alexandrina, progressivamente identificada com a gramática, migra de um viés etimológico – interessado em analisar a correspondência entre a palavra e o que ela representava, ou, como demonstra seu próprio nome, em revelar o “verdadeiro” sentido (na origem) das palavras, oculto por trás de uma determinada forma –, para um outro, mais caracteristicamente gramatical, ao ocupar-se das partes do discurso, tendo antes passado pela consideração do texto. Nos termos de Coradini (1999, p. 28), em sua tese sobre o gramático latino Varrão: “Decaindo o interesse pela etimologia, emigrou-se, agora por influência dos eruditos alexandrinos, para o campo propriamente gramatical, sincrônico e analógico, sob a forma da crítica textual, da morfologia e da sintaxe do texto vigente.”

Embora em grau talvez diferente, portanto, também os latinos precisariam depois de assistência na leitura dos textos: sua língua, levada para regiões distantes de Roma, até mesmo aí mostrava sinais de que se estava alterando com o passar do tempo, dado o grande número de estrangeiros que, especialmente a partir do século I a.C., passaram a aportar em solo romano, como lembra Rawson (1985, p. 119)<sup>110</sup>, mas também Carcopino (1987). Com isso, repete-se para os romanos o que já ocorrera com os gregos dois séculos antes, como lembra Baratin (1989, p. 201 *et sq.*): manuscritos de um mesmo texto tinham versões diferentes e reclamavam explicação e análise. Estava, com isso, criado o ambiente propício para o desenvolvimento da disciplina gramatical, como tradicionalmente a entendemos, e que agora procuraremos explicitar em maior detalhe, mas de modo ainda abreviado.

## 2. Natureza da gramática antiga: o ensino gramatical e a questão da correção

Que a gramática apenas surge num momento em que, tendo sido inventada a escrita, fica propiciada aos antigos, mais do que nunca, a atividade metalinguística, é fato que já conhecemos. Para entender a forma tomada pela disciplina entre os antigos, entretanto, é preciso focalizar um outro tipo de atividade, indissociavelmente ligada à escrita: o seu ensino, envolvido e confundido com o ensino das línguas.

De fato, como há mais de cem anos lembrava Colson (1914, p. 36), “a verdade é que a história da gramática foi de algum modo influenciada por considerações pedagógicas – isto é, por considerações do que é, para o professor, fácil ou conveniente ensinar – mais do que pela

---

<sup>110</sup> A autora aponta, ainda, outras razões para o interesse romano pela gramática. Com certo modo enviesado de ver a história que procura descrever, afirma ela no passo citado: “A educação de toda criança romana, que fosse além de meramente aprender a ler, era baseada na *grammatica*, de modo que não é de surpreender que interesses e procedimentos “gramaticais” penetrassem cada área da atividade intelectual. Mas havia talvez três razões pelas quais o estudo da linguagem despertou aí tão grande interesse. A primeira foi que a linguagem era um tema bastante empolgante no mundo grego, onde grandes avanços se haviam feito e ainda faziam, e distintos estudiosos gregos trabalhavam em Roma, tais como Tiranião e (...) Filóxeno. A segunda é que os romanos, tradicionalistas, necessitavam de auxílio na compreensão de todo tipo de documentos antigos, e frequentemente o encontravam na etimologia e na derivação, enquanto o hábito grego de colecionar glosas também foi, obviamente, útil. A terceira é que o latim ainda não estava à altura de todas as novas tarefas a ele impostas, e estava, além disso, mudando rapidamente; surgiram debates sobre a maneira correta de escrevê-lo e pronunciá-lo, e como protegê-lo de influências rústicas ou estrangeiras, causadas pelo enorme influxo de novos habitantes na cidade, alguns dos quais falavam variedades não-metropolitanas de latim e outras línguas estrangeiras, mais comumente o grego.” Cf. ainda Benedicto (2013) sobre a dialeção do latim no período.

ordem natural e pelo real valor das coisas estudadas”. Noutros termos, ensinar a escrever é ensinar a refletir sobre a língua, e esse ensino, partindo do antigo pressuposto de que fala e escrita são apenas duas faces da mesma moeda – como demonstra, entre outros, o próprio Aristóteles, para quem a escrita era a representação da fala, assim como esta o era do pensamento<sup>111</sup> –, mais e mais se encaminhou para a questão da *correção*. Não apenas a escrita é o registro da multifacetada atividade da fala, mas deve ser fidedigno espelho daquilo que, na visão antiga, representa uma língua.

Ainda que, segundo Baratin & Desbordes (1981, p. 56 *et sq.*), “se apresente a gramática, até o final da Antiguidade, sob os dois aspectos fundamentais que ela tem a partir do período alexandrino: o ensino gramatical propriamente dito e a descrição da língua como sistema”, a ponto de ser “definida pelos gramáticos latinos como ‘ciência da interpretação dos textos e sistema metódico da correção ortográfica e linguística’”, é, fundamentalmente, uma *disciplina*, presa à atividade de ensino da escrita. De fato, como lembra noutra parte um daqueles autores (cf. BARATIN, 1989, p. 203 *et sq.*), analisando o conjunto de textos antigos que tratam da gramática, os estoicos forneceram mesmo as categorias necessárias para atender à *correção*:

Ressalta desses textos que a gramática tem por objeto a sistematização dos problemas de correção. Para poder tratá-los de modo aceitável, a gramática deve proceder a uma análise da língua que realce os elementos que a constituem e suas variações. Donde, como plano, uma primeira parte sobre os elementos (letras, sílabas, categorias de palavras) e uma segunda sobre a correção, *i.e.* sobre os critérios que permitem estabelecê-la e, corolariamente, sobre os problemas dos quais pode fazer objeto, isto é, as faltas. Eis qual era a estrutura dessa descrição gramatical técnica em sua origem. Sem dúvida, os elementos dessa descrição, em seus detalhes, não nasceram do nada: cada um procedia, com toda certeza, das experiências da gramática alexandrina, e amiúde, além disso, das definições teóricas apresentadas pelos estoicos no quadro de sua dialética. Não se deve nem desprezar nem supervalorizar essa abordagem. Simplesmente, não se pode julgá-la senão detalhe por detalhe, e não sobre um conjunto ou sobre um princípio, uma vez que os gramáticos não se deixaram impressionar pela estrutura de conjunto da descrição estoica e por sua coerência própria. Eles incontestavelmente emprestaram aos estoicos definições, categorias, concepções, mas adaptaram-nas às exigências específicas de sua própria descrição.

Ora, vários autores, tanto latinos como gregos, trataram da correção antes de Quintiliano, como lembra noutra parte – o que nos parece de suma importância – ainda o mesmo Baratin (1989, p. 212 *et sq.*) quando afirma que tais “estudos da correção são atestados desde o primeiro século antes de nossa era. Entre os textos latinos, citemos de início o capítulo de Quintiliano sobre a *latinitas* (I, 6). Antes dele, sob Augusto, Pansa e, sem dúvida, o autor de um *De latinitate* e, mais seguramente, Caper (à época de Adriano)”. Ainda que, nesses diferentes tratados, se focalizem temas que ainda hoje nos são caros – falando-se, por exemplo, daquele nível de análise por nós denominado *morfologia* –, desde os mais antigos, o tema principal é a *ortografia*. “Em suma”, segundo Baratin, “o estudo da correção teria sido o motor dos tratados que se desenvolveram no interior do domínio gramatical, às margens da descrição do tipo *tékhnē-ars*”<sup>112</sup>. Prosseguindo:

---

<sup>111</sup> De fato, em seu *Da interpretação (peri hermeneias)*, afirma Aristóteles: “A fala é a representação das experiências da mente e a escrita é a representação da fala” (cf. ROBINS, 1983, p.15).

<sup>112</sup> Ou seja, da gramática entendida como “descrição” das unidades que compõem o “sistema” da língua, para falar em termos modernos, e não como exegese dos textos.

Um tal desenvolvimento desse domínio de estudos conduz a interrogar-se precisamente sobre os limites entre as *tékhnai*–*artes* e os tratados sobre o *hellenismós*–*latinitas*. E. Siebenborn (...) sublinha os pontos de contato desses dois tipos de tratados. Por exemplo, certos princípios de ortografia reúnem as análises dos “elementos” que figuram no início das *tékhnai*. De modo inverso, o autor pensa que o tratamento do solecismo e do barbarismo na *ars* latina deve ser imputado a uma inclusão, nela, de elementos que resultam dos estudos do *hellenismós*–*latinitas*. Sobretudo, ele sugere que a diferença entre esses dois tipos de tratados era qualitativa: as *tékhnai* teriam sido mais descritivas, enquanto os tratados *perì hellenismoû*, essencialmente orientados pela correção, teriam sido mais normativos. Essa última interpretação é menos convincente. A análise do *hellenismós* é, em sua origem, uma parte do *tekhnikón*, isto é, da descrição da língua como sistema: é a apresentação dos critérios da correção no quadro global da descrição dos elementos linguísticos sistematizáveis. É a primeira diferença entre as *tékhnai* e os tratados *perì hellenismoû*: estes, de início, não são senão o desenvolvimento de uma seção das *tékhnai*. Se há uma diferença qualitativa, ela é a consequência dessa diferença original. À medida que os tratados sobre o *hellenismós* não diziam respeito, com efeito, senão a um aspecto do domínio das *tékhnai*, a análise que se desenvolve aí tinha toda chance de aparecer como um aprofundamento em relação às análises correspondentes das *tékhnai*. (...) Assim, em seu princípio mesmo, esses tratados sobre o *hellenismós* repousavam sobre o aprofundamento e a discussão de um ponto qualquer (ortografia, métrica, morfologia, sintaxe...) a partir da noção de correção. Não há, portanto, lugar para crer na oposição entre as *tékhnai* mais descritivas e os tratados sobre o *hellenismós* mais normativos. Os tratados sobre o *hellenismós* representavam, mais seguramente, o lugar onde, ao lado da descrição sistemática e global das *tékhnai*, podiam se desenvolver reflexões mais variadas, eventualmente mais detalhadas e menos submissas aos imperativos de um plano determinado. É notável que os tratados *perì hellenismoû* se tenham desenvolvido ao longo do primeiro século, *i.e.* imediatamente depois da fixação dos princípios e dos eixos de análise da *tékhnai*. A *tékhnai* apareceu nesse momento como sendo destinada a constituir, no fim, o quadro escolar da exposição gramatical. Por oposição, os estudos do *hellenismós* representavam o quadro de análise onde se podiam desenvolver pesquisas mais precisas e mais livres (BARATIN, 1989).

Como assinala Colson (1914, p. 35), “a ideia de *hellenismós* [‘helenismo’] é tão antiga quanto Aristóteles, e a visão de que se trata da primeira *areté* [*virtus*, ‘virtude’, ‘qualidade’] do discurso aparece no relato do sistema estoico dado por Diógenes Laércio”. Ora, o correspondente latino do conceito de *hellenismós* – o que tornaria a língua de um texto grego, por assim dizer, representativa daquilo mesmo que é ser grego –, *latinitas* – nos termos de Coradini (1999, p. 73), “o nível ideal de uso da língua (...) eficiente, correto e elegante” –, responde também, é evidente, por uma preocupação com a correção gramatical e aparece formulado, com pequenas alterações, justamente ao lado de um conjunto de outras qualidades ou virtudes do discurso: *clareza* (ou ‘claridade’), *concisão* (ou ‘brevidade’), *propriedade* e *elegância* (ou ‘arranjo’)<sup>113</sup>. Como lembra Vasconcelos (2000, p. 52, n. 65) sobre o tema, citando Lausberg:

“A virtude é uma propriedade do *artifex*, a qual é comunicada ao *opus*. Assim, a virtude também é uma qualidade do *opus*”, sendo que a “*virtus* de uma *ars* é

<sup>113</sup> Conceitos que se encontram em Quintiliano, como se verá adiante. (Cf. PEREIRA, 2005, p. 68 *et sq.*)  
VEREDAS ONLINE – TEMÁTICA – 1/2019 – PPG LINGUÍSTICA/UFJF – JUIZ DE FORA – ISSN: 1982-2243

dividida em diversas virtudes parciais” (...). Os estoicos dividiam em cinco as virtudes do discurso: helenismo, clareza, brevidade, propriedade e arranjo (...).

Coradini (1999, p. 80, n. 111), no entanto, assim se expressa sobre o conceito varroniano de *Latinitas*:

M. Baratin (...) verifica que os gregos, puristas e ciosos de sua língua, não viam com bons olhos os solecismos internos, a ponto de chamar de bárbaros os que não falavam grego. Já os romanos parece não terem sido nem preconceituosos nem fundamentalistas na estima de sua língua, talvez devido à consciência de serem recentes beneficiários de outras culturas e línguas, especialmente a grega. Por exemplo, o conceito de *latinitas* teria surgido não por oposição ao de *hellenismós* mas, sim, por necessidade de criar um paralelismo. A *latinitas* tinha, no meio linguístico culto, uma conotação livre e positiva, como um ideal a ser atingido. Com Varrão, esse conceito passou a incluir critérios normativos: natureza, analogia, uso e autoridade na língua. Já Cícero usara a *latinitas* como parâmetro para comparar o estilo de autores latinos, indigitando os maus latinistas como Pacúvio e Cecílio e apontando para a excelência do latim de César (...).

Ora, Baratin (1989, p. 212 *et sq.*) assim esclarece a discussão, tratando de um ponto que nos interessa em particular:

A descrição do que há de sistemático na linguagem conduziu, com efeito, os gramáticos, desde o primeiro século antes de nossa era, a estenderem sua reflexão e a se interrogarem sobre os fundamentos do “sistema”, sobre o que autorizava a dizer (para além de constatações empíricas) que uma forma era correta ou não. Esse é o tema de numerosos estudos “Sobre o que é grego” (*Peri hellenismou*), ou “Sobre o que é latino” (*De latinitate*). Esses estudos diziam respeito aos critérios mesmos da correção (...). No domínio grego, temos, ainda segundo Sexto [Empírico], uma ideia dos critérios que eram utilizados nos textos artigráficos do primeiro século antes de nossa era (...). Sexto cita a analogia e a etimologia, critérios dos quais contesta pessoalmente a validade. Ele considera, com efeito, que o único critério pertinente é o *uso corrente*: quaisquer que sejam as analogias das quais uma forma pode tirar proveito, e qualquer que seja a justificação que ela possa encontrar em sua etimologia, o essencial é saber se ela releva ou não do uso corrente. Existem outras séries de critérios de correção no domínio grego. Assim, nos textos gramaticais onde se expõem as regras da correção ortográfica, encontram-se diversas vezes uma lista de quatro critérios: a analogia, os dados dialetais, a etimologia e a tradição dos autores antigos. Apolônio Díscolo, por sua vez (...), distingue essencialmente três critérios: o uso corrente, o uso dos autores literários e o princípio de racionalidade (*lógos*, que designa aqui a analogia). No que diz respeito ao domínio latino, dispomos igualmente de várias listas diferentes. Segundo Diomedes (...), Varrão retinha quatro critérios: *natura* (os dados brutos da língua), *analogia* (o conjunto das regras que permitem determinar por analogia o que é ou o que deve ser uma forma correta), *consuetudo* (o uso corrente), *auctoritas* (o uso dos autores reconhecidos). Quintiliano (I, 6, 1) cita igualmente quatro critérios: *ratio* (que designa os critérios sistemáticos da correção e se subdivide em dois, a analogia e a

etimologia), *uetustas* (a antiguidade), *auctoritas* (o uso dos autores reconhecidos), *consuetudo* (o uso corrente).

Desbordes (1989, p. 171), por sua vez, tratando das relações entre as três principais disciplinas antigas ligadas à palavra, lembra:

Em suma, não se pode senão ficar assombrado com a complexidade da “argumentação” oratória e com tudo que a separa da demonstração científica, malgrado a comunidade de mecanismos de base. De resto, os rétores reconheceram, depois de Aristóteles, a especificidade da argumentação, e admitiram que o mecanismo dos encadeamentos proposicionais era mais propriamente tratado pela dialética. Um pouco mais tarde, perto do fim do século II a.C., também relegaram à gramática em expansão (...) o tratamento de uma das “qualidades” do discurso, reconhecida como *indispensável à persuasão* por Aristóteles e por Teofrasto: a correção. Data daí o reconhecimento de um triplo ponto de vista possível a respeito de todo enunciado: segundo sua conformidade ao verdadeiro e ao válido (dialética), segundo sua conformidade ao efeito que se busca sobre o auditório (retórica), segundo sua conformidade a um enunciado modelo ideal (gramática). Mas, de fato, o que se encontra mais frequentemente nos textos antigos é uma repartição quantitativa, cada disciplina se garantindo a exclusividade sobre determinado fragmento linguístico.

Noutros termos: a correção, que consiste, basicamente, em evitar “solecismos” e “barbarismos” – e este é o papel fundamental do ensino do antigo *grammaticus*, ao lado da explicação dos textos poéticos –, é uma das qualidades do discurso que produz convencimento, daí que se deva zelar por ela. Antes, entretanto, de condenar os antigos por sua posição “prescritivista” ou “equivocada”, por emitirem julgamentos a respeito da linguagem que partem de uma consideração da língua escrita, é preciso lembrar, ainda uma vez, o impacto que o surgimento e o desenvolvimento da escrita (cf. p.ex. LYONS, 1979) – sobretudo, para o que nos interessa, alfabética – produziu sobre a Antiguidade, assim romana como grega, de onde aqueles a herdaram, através dos etruscos – graças, evidentemente, aos fenícios etc.

Em seu ensaio sobre o desenvolvimento dos estudos “linguísticos” desde a Antiguidade até nossos dias, passando pelo longo período daquele que, ainda na contemporaneidade, é tido por muitos, certos ou não, como a “Idade das Trevas”, Robins (1983, p. 17) assinala:

A gramática normativa ou prescritiva, que depende de um trabalho descritivo, deve decidir o que é aceitável numa dada língua para um dado propósito e ensiná-lo aos outros como correto. Esses dois tipos de estudo gramatical devem ser mantidos em separado, ou problemas e métodos próprios de um apenas de modo enganoso serão introduzidos no outro.

E lembra, ainda, em outro passo da obra citada (1983, p. 45):

Na base de tais descrições da estrutura gramatical de uma língua (ou de um seu estilo particular), podem ser escritas gramáticas normativas com um propósito particular, ensinando uma certa língua a um certo grupo de pessoas. A

confusão desses dois aspectos da gramática é comum no método gramatical dos gregos e, por extensão, também dos estudiosos romanos.

Embora seja em grande parte graças a trabalhos como os de Robins sobre a história da Linguística que, por um bom tempo, ficamos conhecendo muito do que se pensou em épocas passadas e remotas sobre a linguagem e sobre as línguas, e embora se note, nos trechos que acabamos de citar, a consideração de que haveria lugar para uma gramática normativa ainda hoje – o que, acreditamos, poucos linguistas se atreverão a admitir tão claramente, ainda que também estes produzam gramáticas –, seu julgamento sobre os antigos carece, aí, de legitimação: o propósito dos antigos não deve ter sido, de início, como se faz hoje mais tradicionalmente, ensinar gramática. Textos como aquele que tomamos como objeto de análise parecem apontar para outro fato: trata-se da gramática na Antiguidade greco-romana porque se trata, aí, de uma disciplina formativa que, situada antes do ensino a ser ministrado pelo antigo *rhetor*, o mestre de eloquência, iniciava o futuro orador naquilo que se chamou *enkúklios paidéia*, o conjunto dos saberes antigos sobre a linguagem e sobre o mundo do qual ela tratava, e que nos deu, lembremos, alguns termos altamente significativos: *enciclopédia*, *enciclopédico*, *enciclopedismo*. A gramática servia, lembramos, também à inteligência dos textos!

Não há, na Antiguidade greco-romana, uma oposição entre *gramáticos* e *linguistas* como hoje, a qual justificaria considerações como a de Robins e outros autores. Os gramáticos, *custodes Latini sermonis* (“guardiões da língua latina”, cf. KASTER, 1988), na avaliação de Sêneca (*ep.* 3.95.65, cf. ROBINS, 1983, p. 44, n. 1), são os únicos que, juntamente com os antigos *rhetores* e *philosophi* (*sc. dialectici*), lidavam com a linguagem e as línguas antigas, e só puderam fazê-lo como fizeram porque a forma de conhecimento da linguagem e das línguas aí envolvidas então disponível era a que lhes vinha, justamente, via *grammatica*, *rhetorica*<sup>114</sup>, *dialectica*.

Qual era, em suma, o fundamento do ensino ministrado pelo *rhetor* e pelo *grammaticus* – ou, antes, qual era o pressuposto desse ensino? É Desbordes (1989, p. 181) quem nos lembra como, para os antigos,

(...) a palavra é uma forma privilegiada de ação. (...) a palavra sublime é a encarnação de um pensamento elevado que domina esses dados para dizer o que é preciso. Ao mesmo tempo, o domínio da eloquência, e da retórica que dela faz a teoria, engloba toda a linguagem, o que Cícero exprime opondo o *dicere*, o “dizer” controlado, próprio do orador, e o *loqui*, o “falar” comum.

Ora, os desdobramentos desse tipo de ensino são tratados justamente no texto que nos interessa aqui em particular: a *Institutio oratoria* de Quintiliano, onde há, entre outras, muitas informações sobre a antiga *ars grammatica*, especial mas não exclusivamente nos “capítulos gramaticais” de seu primeiro livro, como frequentemente somos levados a supor. Leiamos (melhor) Quintiliano.

---

<sup>114</sup> Ou, como prefere Quintiliano, *grammaticae* e *rhetorice*.

**Considerations on the issue of correctness in Quintilian's *Institutio oratoria*: writing, its teaching, and the origin of grammar**

**ABSTRACT:** This work aims to comment on the origin of ancient thoughts about language, and the teaching of a linguistic form in that context according to Quintilian. In fact, it is necessary to think how language, which became the object of consideration of different disciplines in time (grammar, rhetoric, dialectic, but also music, poetics etc) in the ancient world, comes to constitute a metalinguistic knowledge both in a moment of separation and confluence of different dominions, as well as the contact among different cultures, especially after the constitution of writing, which had the task of preserving the fundamental texts of Greek and Roman cultures.

**KEYWORDS:** grammar; rhetoric; writing; teaching; correction.

**Referências bibliográficas**

ARISTÓTELES. *Política*. Trad. António C. Amaral e Carlos C. Gomes. Lisboa: Vega, 1998.

ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. *A poética clássica*. Intr. Roberto de O. Brandão; trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix/USP, 1981.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1992.

AUROUX, S. *A filosofia da linguagem*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: UNICAMP, 1998.

BARATIN, M. La constitution de la grammaire et de la dialectique. In: S. Auroux (ed.) *Histoire des idées linguistiques: la naissance des métalangages en orient et en occident*. Liège: Mardaga, 1989, v. 1.

BARATIN, M. La maturation des analyses grammaticale et dialectique. In: S. Auroux (ed.) *Histoire des idées linguistiques: la naissance des métalangages en orient et en occident*. Liège: Mardaga, 1989, v. 1.

BARATIN, M. Les difficultés de l'analyse syntaxique. In: S. Auroux (ed.) *Histoire des idées linguistiques: la naissance des métalangages en orient et en occident*. Liège: Mardaga, 1989, v. 1.

BARATIN, M.; F. DESBORDES. *L'analyse linguistique dans l'antiquité classique: I. les théories*. Paris: Klincksieck, 1981.

BENEDICTO, M. A. B. De Latinis sermonibus: *a diversidade linguística segundo Quintiliano*. Dissertação (Mestrado em Estudos Clássicos) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.

CARCOPINO, J. *A vida quotidiana em Roma no apogeu do Império*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASEVITZ, M.; F. CHARPIN. L'héritage gréco-latin. In: É. Bédard & J. Maurais (org.) *La norme linguistique*. Québec: Conseil de la Langue Française, 1983.

CHIAPPETTA, A. *Ad animos faciendos: comoção, fé e ficção nas Partitiones e no De officiis de Cícero*. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1997.

COLSON, F. H. The grammatical chapters in Quintilian: 1, 4-8. *Classical Quarterly*, v. 10, 1914.

COLSON, F. H. (ed.) *M. Fabii Quintiliani Institutionis oratoriae liber I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1924.

CORADINI, H. *Metalinguagem na obra De lingua Latina de Marcos Terêncio Varrão*. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

DESBORDES, F. La naissance de la réflexion linguistique occidentale. In: S. Auroux (ed.) *Histoire des idées linguistiques: la naissance des métalangages en orient et en occident*. Liège: Mardaga, 1989, v. 1.

DESBORDES, F. La rhétorique. In: S. Auroux (ed.), *Histoire des idées linguistiques: la naissance des métalangages en orient et en occident*. Liège: Mardaga, 1989, v. 1.

KASTER, R. A. *Guardians of language: the grammarian and society in late antiquity (transformation of the classical heritage)*. University of California Press, 1988.

LYONS, J. *Introdução à linguística teórica*. Trad. Rosa V. M. Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Nacional/USP, 1979.

MATES, B. *Lógica de los estoicos*. Trad. Miguel García Baró. Madri: Tecnos, 1985.

NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec, 1987.

ONG, W. J. *Oralidade e cultura escrita*. Trad. Eni A. Dobránszky. Campinas: Papirus, 1998.

PEREIRA, M. A. *O discurso gramatical antigo, seu reflexo em Quintiliano e sua repercussão: algumas questões*. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

PEREIRA, M. A. *Quintiliano gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio oratoria*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2005.

RAWSON, E. *Intellectual life in the late roman republic*. Londres: Duckworth, 1985.

ROBINS, R. H. *Ancient and mediaeval grammatical theory in Europe, with particular reference to modern linguistic doctrine*. Londres: Bell & Sons, 1951.

ROBINS, R. H. *Pequena história da linguística*. Trad. Luiz M. M. Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

SCHÜLER, D. *Heráclito e seu (dis)curso*. Porto Alegre: L&PM, 2000.

VASCONCELOS, B. A. *Ciência do dizer bem: a concepção de retórica de Quintiliano em Institutio oratoria II, 11-21*. Dissertação de Mestrado (Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

**Data de envio: 19 de abril de 2019**

**Data de aceite: 23 de agosto de 2019**